

PODER

Ultimato a PFs cedidos à Justiça

Ministério ordena retorno aos postos de origem de policiais e delegados que estão alocados em tribunais e outros órgãos

» RENATO SOUZA

O Ministério da Justiça determinou o retorno aos postos de origem de delegados e agentes da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Penal Federal que estão cedidos a órgãos de governos estaduais e de outros Poderes. Pelo menos 50 repartições públicas receberam o ofício da pasta, que trata da presença de delegados e agentes cedidos pelo Executivo. Entre os citados estão tribunais

regionais federais e o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Já no Supremo Tribunal Federal (STF), estão três delegados em postos-chave para investigações que correm no âmbito da Corte, como as diligências sobre o escândalo do Banco Master e em relação às fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). No entanto, a Corte informou ao **Correio** que não recebeu nenhum ofício solicitando a devolução de delegados até o momento.

A reportagem apurou, junto a

fontes no Ministério da Justiça, que novos ofícios serão enviados nos próximos dias, para órgãos que ainda não foram notificados.

Um dos delegados que trabalham na Suprema Corte é Thiago Marcantônio, com mais de 20 anos de carreira e lotado no gabinete do ministro André Mendonça, relator do caso Master no STF. Já o delegado Fábio Shor atua no gabinete do ministro Alexandre de Moraes, responsável pelas ações sobre tentativa de golpe de Estado, que envolvem o ex-presidente Jair Bolsonaro

— condenado a 27 anos de prisão por atentar contra a democracia.

O objetivo do retorno dos agentes, segundo o governo, é reforçar o combate ao crime organizado e ampliar o número de operações para apreensão de armas, drogas e de foragidos. No entanto, a medida pode acabar por desfalcado tribunais superiores que contam com a presença de agentes e delegados para atuarem em investigações federais, como em esquemas de corrupção e crimes de colarinho-branco.

O ofício enviado a órgãos

públicos afirma que a decisão ocorre por uma “diretriz presidencial de fortalecimento da segurança pública”. “Exortamos esse órgão cessionário a adotar, prontamente, as providências administrativas necessárias ao imediato retorno ao órgão de origem dos servidores abaixo elencados”, completa o documento, com a lista de quem deve ser devolvido.

Em março, o **Correio** antecipou que o governo federal estava realizando um levantamento para apontar a quantidade de

integrantes da Polícia Federal que estavam cedidos para órgãos federais, estaduais e municipais. Na ocasião, já havia uma lista com 150 nomes que seriam chamados de volta imediatamente.

Até o momento, 100 já foram convocados de volta, com prazo de 30 dias para deixar o órgão em que ocupa função atualmente e retornar ao cargo de origem. Apenas quem ocupa funções estratégicas, como secretários de segurança pública nos estados ou em prefeituras não serão chamados de volta.

Bolsonaro terá de explicar arma apreendida no DF

» AMANDA S. FEITOZA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou que a Polícia Civil tome o depoimento do ex-presidente Jair Bolsonaro sobre uma arma de fogo apreendida durante abordagem policial no Distrito Federal. O depoimento, porém, não poderá ser realizado por videoconferência. Deverá ocorrer de forma presencial, na residência onde o ex-chefe do Executivo cumpre prisão domiciliar.

A decisão foi tomada após a Polícia Civil do Distrito Federal instaurar inquérito que investiga a apreensão de uma pistola Glock calibre 9mm com carregador, que estava com um dos seguranças de Bolsonaro.

A arma, segundo registro de ocorrência, foi encontrada na noite de 15 de junho de 2026, por volta das 23h30, e comunicada oficialmente à polícia às 0h14

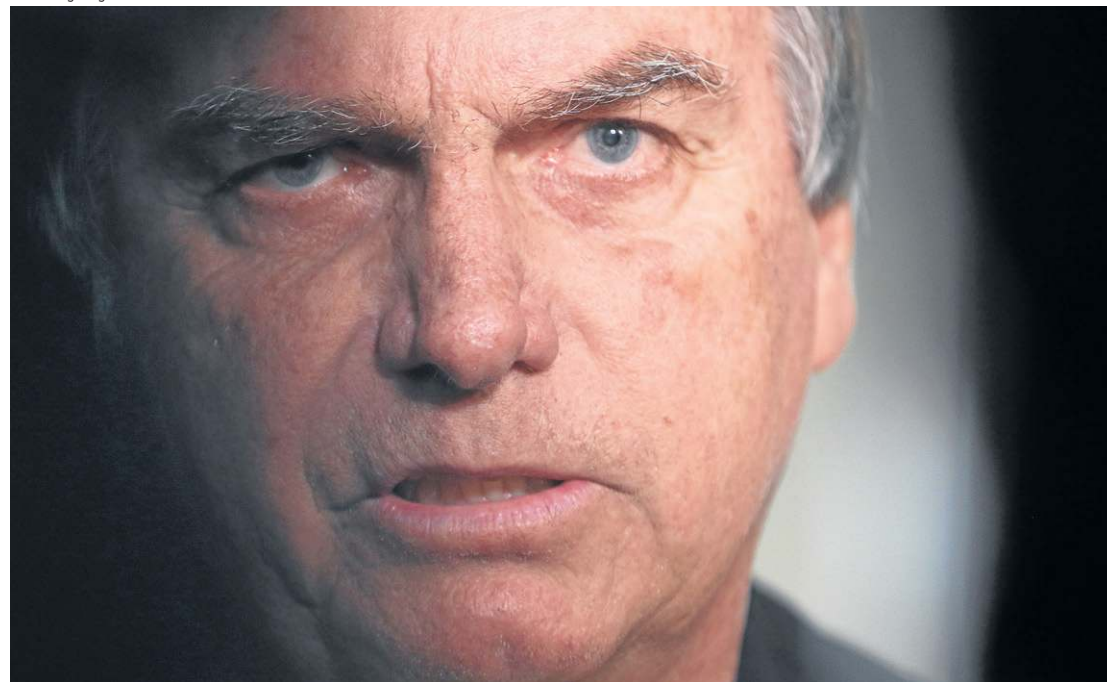
do dia seguinte. A propriedade do armamento foi atribuída a Bolsonaro com base em consulta ao sistema SIGMA, do Exército Brasileiro.

No despacho, Moraes autorizou que o ex-presidente seja ouvido em 23 de junho, às 15h, no próprio local onde cumpre a prisão domiciliar. O ministro justificou a recusa ao uso de videoconferência citando restrições legais para comunicações eletrônicas no contexto da medida judicial.

Moraes também determinou que a defesa apresente esclarecimentos adicionais sobre a rotina de segurança de Jair Bolsonaro. Entre os pontos solicitados está a confirmação de que os agentes de proteção cedidos em razão do cargo público são dispensados durante o período noturno.

Outro eixo da decisão trata do acompanhamento de saúde dentro da residência. Moraes pediu informações sobre a eventual

Tânia Régio/Agência Brasil



A arma apreendida pela Polícia Civil do Distrito Federal está registrada em nome de Jair Bolsonaro

contratação de profissionais qualificados para assistência no período noturno, após questionamentos sobre a indicação de um acompanhante sem formação técnica na área.

A defesa havia sugerido o nome de Carlos Eduardo Antunes Torres, descrito como integrante da família e pessoa de confiança, mas sem comprovação de qualificação profissional como enfermeiro ou

técnico de enfermagem. O pedido para sua permanência no local havia sido negado anteriormente pelo ministro, que reiterou a necessidade de comprovação técnica para eventual atuação na função.

» Quadro de saúde melhora

Um boletim médico divulgado ontem aponta evolução no tratamento de Jair Bolsonaro, com melhora no ombro operado e nas crises de soluço. O relatório fisioterapêutico descreve sessões realizadas entre 15 e 17 de junho. Bolsonaro demonstrou “maior disposição física em comparação às semanas anteriores”, fato associado à ausência de episódios de soluço nos dias anteriores ao atendimento. O documento aponta redução de dor e ganho de mobilidade. Em relação ao soluço, os médicos afirmam que houve boa resposta ao tratamento. O documento aponta, porém, efeitos colaterais dos remédios: sonolência diurna e instabilidade no equilíbrio corporal. Desde março, Bolsonaro está em prisão domiciliar humanitária monitorada devido à situação de saúde.

PRONAC 2410608

Ministério da Cultura, IPHAN, BNDES e Petrobras apresentam

Restauração da Praça dos Três Poderes.

A praça da democracia está sendo restaurada. Isso é respeito pelo patrimônio cultural do Brasil e orgulho para os brasileiros.



Apoio



Patrocínio Máster



Gestão



Parceria



Realização



MINISTÉRIO DA CULTURA

